

ANTÔNIO PAIM

JORNAL DA TARDE



## O ENSINO FUNDAMENTAL DEVERIA SER DEFINIDO COMO DESTINADO A PROPORCIONAR EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Numa das reuniões recentes do Fórum Educacional mantido pela Fundação Cesgranrio, sob a coordenação de Carlos Alberto Serpa, Aspásia Camargo e Paulo Elpidio de Menezes Neto, Simon Schwartzman, teria oportunidade de observar que vem sendo alcançado certo consenso acerca de aspectos fundamentais da educação brasileira. Entendo que o consenso entre os educadores tem sido o passo essencial nas reformas duradouras, salvo naturalmente os ciclos autoritários. Lembro que a criação da Universidade proveio desse consenso, alcançado ao longo da década de 20 em franca oposição à mentalidade positivista dominante. Partindo desse pressuposto, gostaria de situar os temas de que dependeriam a superação do estado caótico em que se encontra nosso ensino fundamental.

Graças à persistência de Sérgio Costa Ribeiro, generalizou-se a compreensão de que uma das causas principais da evasão decorre do que foi batizado de **cultura da repetência**. Os professores se comprazem em **reprovar** esquecidos de que o seu dever é **ensinar**. De todos os modos, essa cultura repousa na ausência de especificidade do ensino fundamental. Embora a Constituição defina-o como obrigatório (isto é, universal), continua atuando como um apêndice do vetor que leva ao vestibular (aliás, o único que funciona no atual sistema). Assim, a insistência na matemá-

tica moderna desde as primeiras séries resulta daquela falta de especificidade. Em nenhuma das séries menciona-se sequer as palavras física, química ou biologia porquanto, esta é matéria do segundo grau. Duas coisas são portanto imprescindíveis: 1ª) conceber a escola fundamental como grau terminal; e, 2ª) repensar o currículo à luz daquela atribuição terminal. O ensino fundamental deveria ser definido como destinado a proporcionar **educação para a cidadania**.

Na mesma reunião debateu-se a experiência descentralizadora

de Minas Gerais, efetivada sob a liderança de Walfrido dos Mares Guia. Na sua visão, o diretor da escola é a peça-chave no sucesso do empreendimento. Assim, concebeu um esquema de seleção apto a libertá-la da ingerência política. Cumprida essa etapa, a Secretaria Estadual passa à Escola todas as suas antigas atribuições e os recursos respectivos. A nova função consistirá em avaliar a Escola. A experiência mineira tem obviamente maior amplitude, envolvendo a comunidade e os próprios municípios, não cabendo detalhá-la nestas

breves notas. O lema adotado por Walfrido dos Mares Guia é o seguinte: "A saída está na Escola — Autonomia e Avaliação". A generalização dessa experiência certamente proporcionará a segunda pilastra requerida pelo soerguimento do ensino fundamental.

A recuperação da Escola Básica passa finalmente pela derrota do corporativismo do professorado. Este repousa na mais completa ignorância da matéria que lhes incumbe ensinar, revestida de uma fraseologia estruturada em torno da **vulgata marxista**. Essa situação não será revertida por esquemas de convencimento e reeducação. É imprescindível desfechar um golpe de morte em sua espinha dorsal: acabar com o monopólio da licenciatura, abrindo acesso ao professorado a pessoas que demonstrem sua habilitação em provas objetivas e não através do diploma.

A liderança educacional brasileira precisa perseguir o consenso com certo grau de obsessão, consciente de que, embora a situação dos outros graus de ensino tampouco seja animadora, a Escola Fundamental corresponde ao maior desafio.

### O AUTOR

Antonio  
Paim é  
filósofo,  
professor e  
escritor.

